

CONGRESSO

Votação recorde e poder turbinado

Lira é reeleito presidente da Câmara por 464 votos e amplia a força na Casa. Deputado defende a democracia, mas pede que cada instituição respeite o espaço da outra

» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**

Após exatos 20 anos, a Câmara volta a bater recorde na votação para a presidência da Casa: candidato favorito, Arthur Lira (PP-AL) venceu o pleito por 464 votos, contra 21 de Chico Alencar (PSol-RJ) e 19 de Marcel Van Hattem (Novo-RS). Foram cinco votos em branco e quatro nulos. Em 2003, João Paulo Cunha (PT-SP) foi eleito para o cargo com 434 votos. O número decorre da composição que Lira construiu nos últimos meses, e azeitou durante o recesso parlamentar, que inclui PL, PP, Republicanos, União Brasil, PT, PSD e MDB na Mesa diretora, partidos mais numerosos da Casa e com mais prerrogativas regimentais.

A vitória consagrada mostra que Lira chega à 57ª legislatura com potencial de negociação entre quase todas as 23 siglas, à exceção de PSol e Novo, que apresentaram candidaturas independentes como sinalização de que procurariam fazer uma oposição forte ao presidente.

Ao discursar pela primeira vez como presidente reconduzido, Lira defendeu o Estado Democrático de Direito. “Esta Casa não acolherá, defenderá ou referendará nenhum ato, discurso ou manifestação que atente contra a democracia”, enfatizou. “Quem assim atuar terá a repulsa deste Parlamento, a rejeição do povo brasileiro e os rigores da lei.”

Ele criticou os atos golpistas de 8 de janeiro e afirmou que o dia de ontem “é prova do funcionamento pleno da nossa democracia”. “Não é a baderna de alguns, atacando-a materialmente, que tirar sua presença da vida, do dia a dia e do espírito dos brasileiros”.

O deputado também elogiou as Forças Armadas. “No que pese possíveis omissões e erros pontuais que aconteceram no 8 de janeiro e estão sendo apurados, o conjunto das Forças Armadas reconhece a obediência ao poder

Ed Alves/CB/D.A Press



Arthur Lira recebe os cumprimentos de parlamentares: em 2021, o deputado obteve 302 votos

Os mais votados

464 votos

Obtidos por Arthur Lira ontem

434

Obtidos por João Paulo Cunha (PT-SP), em 2003; e Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), em 1991

422

Obtidos por Michel Temer (PMDB-SP), em 1999

» Reforma tributária

A reforma tributária começará a tramitar na Câmara, e não no Senado. A informação foi confirmada, ontem, pela ministra do Planejamento, Simone Tebet. “A conversa está sendo feita pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda), com os líderes da Câmara e do Senado. Começar pela Câmara, mas com o projeto que avançou no Senado”, declarou. A Câmara criará um grupo de trabalho para discutir o tema, coordenado pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

civil escolhido democraticamente em eleições livres, seja qual for a linha política. (...) O Legislativo é o poder moderador da República e assim continuará sendo”, destacou.

Lira ainda aproveitou para

mandar recados. Chegou a usar a frase “cada um no seu quadrado” ao frisar que cada Poder atuaria dentro de suas competências. E criticou os questionamentos de leis, aprovadas na Casa, levados ao Supremo

Tribunal Federal (STF) por partidos e parlamentares.

“Seguiremos devotos da democracia e, para tanto, serei uma voz firme a favor das prerrogativas e liberdade de expressão de cada parlamentar, porque precisamos exercer nosso mandato de maneira plena”, afirmou.

Na linha do também reeleito à presidência do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), Lira se utilizou de um discurso integralmente republicano, com citações a negros, população LGBTQIA+ e minorias.

Com presença na Câmara desde 2010, o deputado é conhecido pela abertura a diálogos com parlamentares da oposição e da base, a fim de negociar aprovações de proposições legislativas. A estratégia rendeu-lhe bons frutos dentro e fora das sessões. Com o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à sua reeleição, deve guiar a legislatura considerando os interesses do Planalto, assim como fez com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Governo prega diálogo com a oposição

» VINICIUS DORIA

Ricardo Stuckert/PR



Padilha: “A era de conflito, de guerra entre governo e Congresso, acabou”

A reeleição de Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Câmara e de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para o comando do Senado, já esperada pelo Palácio do Planalto, provocou uma sensação de alívio no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Políticos que participaram intensamente das articulações no Congresso para viabilizar a recondução dos presidentes das duas Casas consideram que foi desmontado, ontem, um dos principais focos da crise política pela qual passa o país desde o impeachment da presidente Dilma Rousseff: a divisão do Parlamento entre dois grupos antagônicos, com a captura da maioria pelo projeto de poder do então presidente Jair Bolsonaro (PL).

“A era de conflito, de guerra entre governo e Congresso, acabou. Essa vitória cria um ambiente de diálogo, inclusive, com setores da oposição, para avançarmos nos projetos prioritários”, disse o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

Ele fez questão de acompanhar presencialmente a votação no Senado, em que, diferentemente da Câmara, houve disputa entre governistas e opositores ligados ao bolsonarismo. “Quero convidar o candidato derrotado (Rogério Marinho, do PL-RN) a virar a página e a abrir o processo de diálogo. A era de fuzilar a oposição neste país também acabou”, complementou Padilha.

Desde que foi eleito, Lula busca unir as forças políticas em torno da estabilidade institucional. Os atos de 8 de janeiro ampliaram o foco para a defesa da democracia. O presidente reconstruiu as pontes do Planalto com o Supremo Tribunal Federal — cujo símbolo foi a caminhada que fez pela Praça dos Três Poderes até a sede do Judiciário, na noite posterior à tentativa de golpe. Também reuniu, depois de mais de quatro anos, todos os governadores para discutir a agenda prioritária dos estados. Faltava apenas sacramentar a recondução dos presidentes do Poder Legislativo.

Ontem, com Câmara e Senado unidos no pacto não escrito de governabilidade costurado por Lula no período entre a vitória nas eleições e a posse, o

Executivo vislumbra um cenário mais estável para dar andamento às pautas consideradas prioritárias neste primeiro ano de mandato: a reforma tributária, o novo marco fiscal, ações de combate à fome e a retomada das políticas públicas nas áreas de saúde, educação e moradia.

Mensagem de Lula

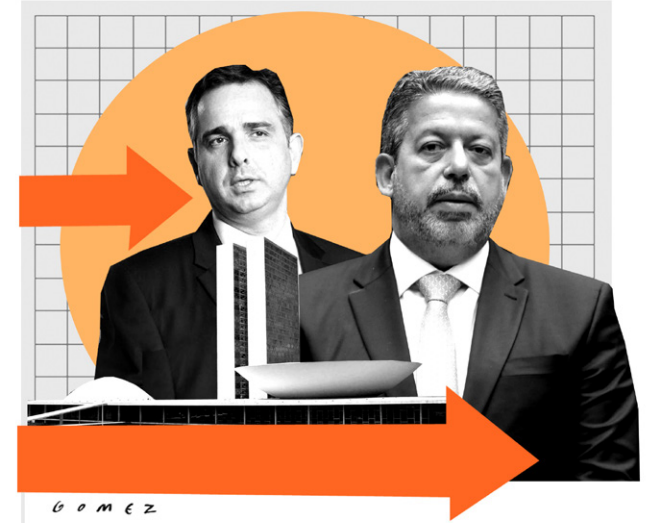
A agenda do governo será um dos temas da mensagem que Lula envia, hoje, ao Congresso, na abertura do ano legislativo. O texto será encaminhado ao presidente do Congresso pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT-BA), e contará com um agradecimento à conduta do Parlamento na defesa da democracia após os atos golpistas de 8 de janeiro.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Com Pacheco e Lira, haverá mais diálogo entre os Poderes

A reeleição de Rodrigo Pacheco (PSD) à presidência do Senado, por 49 votos a 32, ontem, foi uma grande derrota imposta ao ex-presidente Jair Bolsonaro, cujo candidato era Rogério Marinho, senador potiguar eleito pelo PL. O resultado da eleição mostrou que forças políticas que deram sustentação ao ex-chefe do Executivo permanecem ativas e organizadas, com grande poder de influência e contam com apoio dos grupos bolsonaristas de extrema direita, organizados em redes sociais, que protagonizaram a tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro.

O principal significado da eleição de Pacheco, que presidirá o Congresso, é a garantia de um clima de mais harmonia entre os Poderes, sinalizada também pela postura de diálogo e negociação do presidente da Câmara, o deputado alagoano Arthur Lira (PP), que foi reeleito com 464 votos, recorde para uma votação na Câmara. Lira superou os 434 votos dos ex-presidentes da Câmara João Paulo Cunha (PT), em 2003, e Ibsen Pinheiro (PMDB), em 1991, que foram candidatos únicos. Votaram 509 dos 513 deputados. Chico Alencar (PSol-RJ) obteve 21 votos e Marcel Van Hattem (Novo-RS), 19. Houve cinco votos em branco.

Ao discursar após a eleição, Lira exibiu os músculos de primeiro-ministro. Fez uma defesa enfática da democracia, atacou a extrema direita, advertiu os deputados bolsonaristas que não toleraria ameaças aos demais Poderes, mandou recado para o Supremo Tribunal Federal (STF) de que não aceitará interferências monocráticas de seus ministros na vida parlamentar e apresentou uma agenda própria para os trabalhos legislativos, que contingenciará fortemente a atuação do governo.

O projeto de Marinho era claramente transformar o Senado num bastião bolsonarista contra o Supremo, em confronto com a clara aliança proposta por Pacheco com o Supremo e o Palácio do Planalto, cujo apoio foi decisivo para sua vitória. Ao contrário, a recondução de Lira foi uma grande demonstração de força e independência política, pois não dependeu do governo para ser eleito. Ao mesmo tempo, o apoio de 20 partidos, do PL ao PT, também revela capacidade de diálogo e de negociação.

Entretanto, ninguém se iluda: serão duras as negociações entre o governo federal e o presidente da Câmara, principalmente na elaboração do Orçamento e na aprovação de medidas provisórias. De igual maneira, ao anunciar que “poder moderador” da República é o Legislativo, Lira sinalizou a disposição de confrontar o Supremo quando julgar necessário. Mesmo assim, pode ser um ator importante para restabelecer o primado da política e pacificar o país.

Freios e contrapesos

No mesmo dia em que Pacheco e Lira foram reconduzidos, o Supremo Tribunal Federal (STF) reiniciou seus trabalhos, sob a presidência da ministra Rosa Weber, que reiterou seu empenho na defesa “diuturna e intransigente” da Constituição e do Estado Democrático de Direito. A presidente da Corte afirmou que “aqueles que conceberam, praticaram, insuflaram e financiaram os atos antidemocráticos serão punidos”.

A presença do presidente Lula na sessão de abertura do Judiciário pôs um ponto final no contencioso do Executivo com o Supremo, que fora protagonizado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, com objetivo de subjugar a Corte. Na sua saudação ao Supremo, Lula foi muito assertivo ao destacar “o papel decisivo do STF e do TSE na defesa da sociedade brasileira contra o arbítrio”.

O procurador-geral da República, Augusto Aras, que alimentava as críticas de Bolsonaro ao Supremo, resta quase isolado como um polo de poder que ainda tem alguma conexão com o ex-presidente, mas está sob forte pressão interna do próprio Ministério Público. Seus pares cobram uma atuação mais firme contra a extrema direita bolsonarista. Aras é aliado de Lira. Seu discurso na reabertura dos trabalhos do Supremo foi protocolar. O vice-presidente Geraldo Alckmin também acompanhou a sessão da Corte.

As origens da separação de Poderes remontam a Aristóteles, Locke e, principalmente, Montesquieu, em sua célebre obra *O espírito das leis*. Essa separação não é engessada. Enquanto o poder político do Estado brasileiro é uno e indivisível à luz da Constituição, a separação se dá nas funções estatais. Ao falar em Três Poderes, a Constituição de 1988 se refere a funções distintas de seu próprio Poder: a legislativa, a executiva e a judiciária.

Essa separação flexível adotada pelos constituintes de 1988 é um fator de fortes tensões entre os Poderes, principalmente depois da Operação Lava-Jato. Harmonia significa colaboração, cooperação; visa garantir que os Poderes expressem uniformemente a vontade da União. A independência entre os Poderes não é absoluta, é limitada pelo sistema de freios e contrapesos, de origem norte-americana.

Esse sistema prevê a interferência legítima de um Poder sobre o outro, nos limites estabelecidos constitucionalmente. É o que acontece, por exemplo, quando o Congresso Nacional fiscaliza os atos do Executivo. Ou, então, quando o Supremo controla a constitucionalidade de leis elaboradas pelo Congresso. Na teoria, o sistema é quase perfeito. Na prática, porém, quando o sistema de freios e contrapesos é acionado, as relações entre os Poderes passam por um grande estresse.